

Ulysses propõe paz ao Executivo

Em conversa com Costa Couto, promete espaço para defesa do Governo

No encontro que manteve ontem com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o deputado Ulysses Guimarães reforçou a necessidade de evitar confrontos entre a Constituinte e o Executivo, e prometeu decidir ainda sobre o pedido, já feito pelo presidente José Sarney e o ministro Paulo Brossard, no sentido de conceder espaço na tribuna às lideranças do governo, uma prerrogativa dada aos líderes partidários.

Além de examinar a questão da liderança do governo na Constituinte, um canal que o Palácio do Planalto pretende ocupar. Ulysses e Costa Couto conversaram sobre o andamento da Constituinte e a emenda do deputado Mandel Moreira (PMDB-SP) que estabelece a figura do primeiro-ministro no sistema presidencialista de governo, apresentada a pedido do próprio Ulysses.

Essa emenda atende aos objetivos do fortalecimento do Congresso, sem inviabilizar a operacionalidade do Executivo — afirmou Costa Couto, revelando ter concluído, ao lado de Ulysses, que as propostas presidencialistas já apresentadas não dão ao sistema um caráter imperialista, pois todas desejam o fortalecimento do Congresso.

A iniciativa do encontro partiu do deputado Ulysses Guimarães que, ao final da sessão de abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, convidou o Ministro para tomar café em seu gabinete. Falaram de vários assuntos e a conversa só foi interrompida porque Ulysses teve de atender telefonemas do governador Orestes Quêrcia, de São Paulo, e do ministro da Previdência Social, Renato Archer.

As divergências são normais, o fundamental é o entendimento, disse Costa Couto, usando praticamente a mesma linguagem de Ulysses.

O Ministro afirmou que o presidente José Sarney continuará fazendo críticas à Assembleia Nacional Constituinte, sempre que as tiver. Além das críticas, o presidente Sarney não deixará de dar a sua contribuição à Assembleia. Costa Couto rebateu a versão de que as críticas formuladas através do programa "Conversa ao Pé do Rádio" foram feitas com o objetivo de intimidar os parlamentares que votarão a favor do mandato de quatro anos.

— Esta hipótese é irreal, completou o Ministro.

Costa Couto informou também que Ulysses Guimarães reiterou a disposição de apressar a promulgação da Constituinte sem perder, contudo, a qualidade do novo texto. Costa Couto e o presidente da Constituinte fizeram, ainda, uma rápida análise das propostas já aprovadas e das outras que ainda serão objeto de deliberação. O Ministro destacou, por sua vez, o título da Ordem Econômica que, no seu entender, não deve perder de vista a relação despesa e receita.

Eu deixei claro a importância de ter soluções equilibradas nos setores econômico e financeiro, a fim de fortalecer os estados e municípios, sem que isso inviabilize a União — disse Costa Couto.

EUGENIO NOVAES



Na sessão solene de instalação do Congresso Nacional, Ulysses Guimarães agradece os aplausos que recebeu do plenário

Lucena: soberania não admite interferência

GIVALDO BARBOSA

Sob os aplausos de cerca de 100 parlamentares, o presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), afirmou ontem, na sessão de reabertura dos trabalhos do Congresso Nacional, que o Governo não pode e nem deve "interferir na Assembleia Nacional Constituinte, cuja soberania e liberdade são o apanágio maior de sua convocação histórica". Lucena propôs, em seu discurso, a realização de uma reunião entre o presidente José Sarney e os presidentes dos partidos políticos, para tentar um acordo sobre um programa mínimo de salvação da economia.

A mensagem do presidente Sarney foi levada ao Congresso pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Sua leitura coube ao primeiro-secretário do Senado, senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC). O Presidente fez um balanço das realizações políticas e econômicas de seu governo e disse que nestes três anos em que está à frente do Executivo, "procurou lançar as bases de um comportamento voltado prioritariamente para as camadas menos assistidas da população e empenhou-se em criar o mais amplo espaço político possível para o debate, a controvérsia e o conflito bem-intencionados."

Lembrando que durante o pno passado o Congresso Nacional limitou-se a cumprir seu papel constitucional, por causa da Constituinte, Humberto Lucena direcionou boa parte de seu discurso aos trabalhos de elaboração da nova Carta. Ele falou das críticas que vêm sendo trocadas entre o Executivo e o Legislativo e conclamou os políticos a contribuírem para o fim desta polêmica, através do "desarmamento dos espíritos".

— Os sinais de confronto entre o Governo e a Constituinte são evidentes e preocupantes. Vamos dissipá-

los — afirmou o presidente do Congresso.

Os elogios ao deputado Ulysses Guimarães não ficaram de fora. "A sua inteligência, ao seu talento, à sua cultura, mas, sobretudo ao seu espírito público e à sua obstinação e coragem, devemos o ordenamento e a eficiência da Assembleia Nacional Constituinte", salientou. Ulysses foi aplaudido de pé por cerca de 250 parlamentares e convidados e, igualmente de pé, agradeceu à manifestação dos presentes.

O apelo para que os constituintes permaneçam em Brasília, para apressar o término dos trabalhos da Assembleia foi o próximo passo. Lucena afirmou que, em linhas gerais, os direitos individuais e sociais já consagrados "representam a tendência liberal da nossa gente e a permanente busca de padrões mais dignos e justos de convivência social". Particularmente, elogiou o mandato de segurança coletivo, e alertou para a necessidade de se definir urgentemente duas questões polêmicas: o sistema de governo e o mandato do atual Presidente da República.

— Urge uma decisão sobre esses temas, a fim de que a Assembleia Nacional Constituinte desfrute de um clima emocional mais tranquilo, indispensável às discussões da ordem econômica e financeira e da ordem social, e o Brasil tenha mais estabilidade política — afirmou. Ele acrescentou ser preciso que os constituintes se conscientizem de que o voto não deve sofrer "as influências deletérias de ordem conjuntural", sob pena de se comprometer o próprio êxito da Carta Magna.

Lucena salientou que cabe ao Congresso o acompanhamento do desempenho do Governo e a fiscalização de suas ações político-administrativas. A Constituinte, segundo ele, sobretudo nessa fase final, deveria caber exclusivamente a

apreciação de matéria constitucional. "Por isso propusemos que os debates sobre a conjuntura política, econômica e social sejam transferidos, por inteiro, para os plenários das duas Casas do Congresso Nacional", afirmou. Na mesma medida em que negou a necessidade de a Constituinte não se envolver com questões do Governo, Lucena acrescentou:

— Por sua vez, salvo o direito dos seus componentes, de opinar, como cidadãos, não pode nem deve o Governo interferir na Assembleia Nacional Constituinte, cuja soberania e liberdade são o apanágio maior de sua convocação histórica. Este, aliás, pelo que sabemos, é o pensamento também do senhor Presidente da República."

ENTENDIMENTO

Humberto Lucena pregou a necessidade de um entendimento nacional sobre economia. "E o momento da maturidade política. Vamos seguir o exemplo histórico dos Pactos de Moncloa que salvaram a Espanha da instabilidade política e das imensas dificuldades econômicas", declarou. Propôs então uma reunião entre o Presidente da República e todos os presidentes de partidos, para se tentar um acordo sobre um programa mínimo de salvação nacional. Segundo o senador, os pontos cruciais são o déficit público, a dívida interna de Cz\$5 trilhões e a inflação.

Para Humberto Lucena, o presidente Sarney está aberto a esse entendimento, que posteriormente se estenderia aos demais segmentos sociais. Ele salientou que Sarney enfrentou os desafios da desordem econômica e financeira, resultado do longo período autoritário. Ao final, fez uma advertência:

— Se a crise econômica não for debelada, ou pelo menos acentuadamente atenuada, corremos o risco de uma convulsão social que não aproveitará a ninguém. A não ser aos empedernidos inimigos da liberdade e da democracia que sempre estão na espreita, à espera de uma nova oportunidade".

A sessão de reabertura do Congresso começou às 11 horas e durou cerca de 35 minutos. Estiveram presentes, além de Costa Couto, outros quatro ministros: Ivan de Souza Mendes, do SNI; Paulo Brossard, da Justiça; Celso Furtado, da Cultura; e Hugo Napoleão, da Educação. O presidente do Supremo, ministro Rafael Mayer, também compareceu, além de representantes da Igreja e do Corpo Diplomático.

EUGENIO NOVAES



Na abertura, Ivan Mendes (SNI) e Passarinho

Congresso funcionará pela manhã

A Câmara e o Senado voltam a funcionar pela manhã, a partir desta semana, enquanto que os trabalhos da Constituinte serão realizados nos períodos da tarde e da noite. A decisão foi anunciada ontem pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), depois da sessão de reabertura do Congresso Nacional.

— Tomamos a decisão, de pelo menos por hora, de liberar as manhãs para reuniões da Câmara e do Senado. Estas Casas são os grandes foros dos debates sociais, políticos, toda a sorte de debates. É uma caixa de ressonância — afirmou Ulysses.

Segundo ele, os debates sobre questões políticas e econômicas passarão a se dar em menos escala na Constituinte, com as duas Casas legislativas funcionando. Os trabalhos na Câmara e Senado não prejudicarão o objetivo de apressar a Constituinte, na sua opinião, já que as votações começarão logo no início da tarde e o poderão

prolongar-se noite adentro. Ulysses Guimarães acrescentou que pela manhã, a Constituinte realiza o trabalho que chamou de "premonitório" ou "vestibular", que é a reunião dos líderes para tratar de autorias, fusões de emendas, etc. Isso acelera as votações da tarde. "Ganhamos tempo. Se os acertos já forem mastigados, isso favorece a votação", explicou.

Sobre a mensagem do presidente Sarney — lida na reabertura do Congresso Nacional —, Ulysses Guimarães disse que iria examiná-la com a "atenção devida". Adiantou, porém, que pelo que pôde ouvir, o Presidente parece comprometer-se com os ideais democráticos, a transição.

GOVERNADORES

O presidente da Constituinte está conversando com governadores de seu partido. Ontem, ele falou com Orestes Quêrcia, de São Paulo, e o Alberto Silva, do Piauí. Hoje conversa

com Tasso Jereissati, do Ceará. O assunto, segundo ele, é a necessidade de se prestigiar a Constituinte, além de outras questões que interessam os governadores, como as transferências de verbas para estados e municípios — assunto a ser tratado pela Constituinte.

— E o propósito de um trabalho construtivo, de desarmamento de espíritos, para que possamos só trazer elementos de pacificação, de entendimento para o país — salientou Ulysses Guimarães.

Comentando a proposta do presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), de um pacto entre os políticos e o Presidente, para combater a crise econômica, Ulysses disse que sendo possível um entendimento, ele deve ser feito. "Será sempre salutar", frisou. Acrescentou, no entanto, que o grande pacto que se deve fazer é o da Constituição. "Este é o pacto com a sociedade, o cidadão, contra a pobreza e as injustiças sociais".

Mandato de 5 anos passará, afirma Borges

Da Sucursal

Curitiba — O ministro da Saúde, Borges da Silveira, afirmou ontem em Curitiba que o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney está assegurado, pois acredita que cerca de 290 constituintes irão votar a favor do governo e que nos próximos dias este número deverá ultrapassar os 300 constituintes. O Ministro fez esta afirmação baseado nas conversas que manteve ontem em Brasília, com vários deputados, quando pôde sentir um clima bastante favorável e muito, calmo entre todos, acreditando que o risco de um confronto maior entre o Executivo e o Legislativo esteja totalmente superado. "As críticas que o presidente Sarney dirigiu à Constituinte, qualquer cidadão brasileiro tem o direito de fazê-las", disse.

Nos próximos dias, segundo o Ministro, o Presidente deverá anunciar à Nação uma série de medidas que serão tomadas no combate à corrupção, que causarão um grande impacto junto a toda sociedade brasileira. Essas medidas, conforme Borges da Silveira, somadas às anteriormente tomadas no combate ao déficit público, como a redução dos repasses aos Municípios e Estados, irão proporcionar ao presidente Sarney um mandato de cinco anos. Salientou que o importante não é cinco, quatro ou seis anos; mas, sim, o trabalho eficiente que toda a equipe ministerial realiza.